



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
O Ser e o Dever-ser da Política: Maquiavel, De Sanctis, Gramsci e o realismo popular			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Daniela Xavier Haj Mussi¹	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	Doutoranda
COAUTOR 2			
Alvaro Bianchi²	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	Professor
COAUTOR 3			
COAUTOR 4			
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>A leitura que Francesco De Sanctis levou a cabo na segunda metade do século XIX da obra de Nicolau Maquiavel e de Francesco Guicciardini provocou uma revalorização do pensamento do secretário florentino no contexto italiano. Essa revalorização permitiu assentar as bases para o desenvolvimento de um pensamento político realista que tinha por objetivo a investigação sobre a realidade “<i>effettuale della cosa</i>”. Apropriando-se dessa reflexão desanctiana e dialogando intensamente com as interpretações contemporâneas, Antonio Gramsci desenvolveu sua reflexão sobre Maquiavel sobre dois eixos. O primeiro deles consistiu em uma contextualização efetiva do pensamento do autor de <i>Il Principe</i>, como um homem político do renascimento italiano. No segundo, Gramsci recorreu ao pensamento maquiaveliano analógica e metafóricamente para construir novos conceitos da ciência política capazes de dar conta dos problemas e desafios da política italiana do começo do século XX. Especial atenção será dada neste artigo ao conceito de “realismo popular”, o qual é desenvolvido com vistas a estabelecer uma justa relação entre o ser e o dever-ser da política. Trata-se de uma solução original para um conhecido problema da ciência política e cuja reconstrução poderia dar pistas para superação dos impasses teóricos aos quais chegou o debate entre correntes analíticas e normativistas contemporâneas.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Antonio Gramsci; Francesco De Sanctis; realismo popular			
ABSTRACT			
<p>The reading that Francesco De Sanctis led in the later half of XIXth century over Machiavelli's and Guicciardini's texts provoked a rich return to the main questions of this early-modern political thought. It made possible to assent the basis for the development of a realist political thought, that would have its aim in the actual investigation of the <i>effettuale</i> reality of things. Antonio Gramsci, himself, have read De Sanctis in this key, specially as a popular realist. This article aims exactly to grasp the conections around the popular realism they share.</p>			
KEYWORDS			
Antonio Gramsci; Francesco De Sanctis; popular realism			

Francesco De Sanctis, natural da região do Avellino (*Morra Irpino*) – sul da Itália – tornou-se um intelectual célebre na península como crítico literário, em especial pela obra *Storia della Letteratura Italiana* (1870), na qual se dedicou a apresentar de maneira crítica uma tradição literária para a Itália, traçada em uma linha histórica da relação entre intelectuais e vida nacional da península a literatura dos sicilianos e toscanos no século XIV, passando por Dante Alighieri, Francesco Petrarca, Giovanni Boccaccio, Nicolau Maquiavel e Giambattista Vico, até o século XIX de Giacomo Leopardi e Alessandro Manzoni (ver DE SANCTIS, 1978, p. 4).

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

² Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Pertencente a uma família de pequenos proprietários rurais, De Sanctis foi também um intelectual ativo no movimento de unificação italiana, tendo participado das barricadas na insurreição napolitana de 15 de maio de 1848. Foi preso em 1850 e no cárcere aprofundou seus estudos em Hegel e Goethe, entre outros.

Em liberdade e exilado a partir de 1853, manteve atividade como professor, crítico literário e articulista. Viveu até 1856 em Turim, quando passou a publicar artigos no periódico *Piemonte*, dirigido pelo historiador e partidário da *Destra Storica* Luigi Carlo Farini (1812-1966), na *Rivista Contemporanea*, no periódico *Cimento* (com textos sobre Dante), entre outros. Depois, em 1856, partiu para uma temporada na Suíça, onde ministrou aulas no Politécnico de Zurique sobre história literária italiana. Em 1860, quando retornou a Nápoles, apoiou a entrada de Giuseppe Garibaldi e do Partito d'Azione na cidade. Nesse período, foi governador da província de Avellino e, logo depois, ministro da educação em Nápoles. Mais tarde, foi também deputado no Parlamento italiano e ministro da educação em Turim e em Roma.

Em 1870, mesmo ano da entrada das tropas de Vittorio Emanuele II em Roma, foi publicada a *Storia della letteratura italiana*. Nesta, De Sanctis dedicou a “glória” da unificação nacional a Nicolau Maquiavel (1469-1527), a quem buscou intensamente reintegrar à cultura italiana *ottocentesca* como ponto de partida de uma tradição literária que havia sido interrompida no Renascimento. Posteriormente, decepcionado com os rumos da vida unitária italiana, mesmo sob o governo da *Sinistra* de Agostino Depretis (1813-1887), De Sanctis escreveu sobre os problemas do Estado italiano, em especial sobre as dificuldades das classes dominantes em dirigir efetivamente as massas italianas e educá-las para uma vida civil ativa. Como político atuante na “esquerda parlamentar”, seus discursos e artigos não tiveram muita influência, ao contrário de sua autoridade no meio acadêmico da Universidade de Nápoles, onde ensinava literatura comparada e chegou a ser reconhecido como “fundador de uma nova escola” de crítica literária. (MAZZONI, 1949, p. 1131).

Herdeiro da corrente democrática e historicista italiana, especialmente vinculada à região meridional, surgida do final do século XVIII sob a influência da Revolução Francesa na península, De Sanctis foi responsável por uma elaboração original do conceito de “nacional”, a partir da adoção de uma perspectiva de tradutibilidade entre culturas, à qual Gramsci foi sensível (KANOUSI, 2007, p. 97). O crítico, antes mesmo dos franceses, aprofundava o debate literário sob a perspectiva de uma “literatura comparada”, na qual a investigação sobre o desenvolvimento intelectual e cultural italiano deveria ser desenvolvida de maneira articulada ao desenvolvimento do pensamento moderno em geral (cf. COSTE, 2005).

De Sanctis escreveu sua famosa *Storia della letteratura italiana* em 1868, quando vivia exilado em Firenze, e podia ser encontrado “mais na biblioteca que no parlamento” (MUSCETTA, 1978, p. 58). A ideia do livro nascera de uma proposta feita em 1868 pelo editor Antonio Morano para que De Sanctis escrevesse “um manual de literatura italiana para os liceus”, a partir da compilação de material já existente e inclusão de alguns textos novos (SAPEGNO, 1992, p. 184). A primeira edição completa da *Storia* levada a cabo por De Sanctis data de 1870-1871, sendo posteriormente reeditada pelo autor em 1873 e 1879.³

³ A história das reedições seguintes dessa obra de De Sanctis na Itália é relativamente longa. A partir de 1912, Luigi Russo levou a cabo, junto a Benedetto Croce, a publicação pela editora Laterza da obra completa de De Sanctis, sendo a *Storia della letteratura italiana* reeditada ainda em 1925 e em 1939 com revisões de Alfredo Parente, versão essa reeditada ainda em 1949 e 1954. Data também de 1912 a publicação da primeira edição comentada da *Storia* por Paolo Arcari, pela editora Treves. Em 1930, uma edição crítica de toda a obra desanctiana foi planejada por Nino Cortese pela editora Morano, mas dos 18 volumes previstos apenas 14 foram editados, incluindo a *Storia*. Essa obra também ganhou uma “edição popular” em dois volumes, organizada por L. G. Tenconi pela editora Barion, em 1933. Em 1940, Gerolamo Lazzeri publicou um primeiro volume comentado da *Storia*, pela editora Hoepli, e a edição final foi deixada incompleta. Depois, em 1958, *Storia* foi publicada sob a direção de Carlo Muscetta e editada por Niccolò Gallo. A edição usada e citada no presente texto é posterior ainda, de 1968, levada a cabo pela editora Utet, dirigida por Mario Fubini e organizada por Gianfranco Contini (DE SANCTIS, 1973, p. 50-52).

Ao procurar escrever um “manual”, De Sanctis se deparou com o conflito entre os limites da proposta editorial e as exigências científicas do trabalho de compilação.⁴ Para composição de sua *Storia*, o crítico optou por “uma solução de compromisso” na qual se mantiveram lacunas, desproporções, incompletudes no texto, fazendo do mesmo “até certo ponto ineficiente com respeito ao objetivo humildemente informativo e didático que inicialmente havia sido proposto ao escritor” (idem, ibidem). As incompletudes analíticas de De Sanctis eram resultado da forte crítica que este fazia ao método das correntes literárias de seu tempo: das retórico-formalistas tradicionais, passando pela perspectiva analítica psicológica francesa, anedótica e empírica e também pela crítica idealista alemã, que fazia da “história encarnada” algo “independente do espaço e do tempo” (GUGLIELMI, 1976, p. 21; cf. MUSCETTA, 1978, p. 38). Contra essas tradições literárias, De Sanctis buscou formular “seu conceito de forma como unidade orgânica, da forma que ‘não é uma ideia, mas uma coisa’, ou seja, a realidade mesma, o vivente, enquanto se configura na mente do artista” (SAPEGNO, 1992, p. 190). Essa era a base de um realismo literário para o qual foi de suma importância a relação que o crítico estabeleceu na *Storia* entre três importantes intelectuais para pensar a cultura renascentista italiana: Dante Alighieri, Francesco Petrarca e Nicolau Maquiavel.

Para De Sanctis, Dante Alighieri foi o primeiro grande poeta italiano, um ser humano completo, um homem, uma imaginação. Dante possuía virtudes poéticas e humanas: a fé, a sinceridade, a verdade e um vivo senso de realidade. Entretanto, o poeta possuía uma visão de mundo que situava o objetivo da vida no futuro imperial e, por isso, um falso conceito de poesia. Dante fora um dos intelectuais mais importantes da chamada “escola ghibellina”, corrente intelectual que defendia o Sacro Império Romano Germânico contra a Igreja, e possuía uma concepção que inaugurava a modernidade, para a qual “a ciência é a razão; a base da sociedade é o direito” (VILLARI, 1944, p. 88).

Seu mérito maior foi o de, ao encontrar uma “lírica artificiosa e convencional, uma língua incerta e ainda mal formada” e, movido pela paixão “partidária”, ter se dedicado a criar uma nova lírica, moderna, que afirmava um conceito de pátria através da ideia do “direito como fundamento do Estado” com o qual oferecia à sociedade civil a sua independência do mundo clerical, e aos italianos o sentimento de nação (idem, ibidem, p. 88). Porém, num contexto em que o Império se decompunha e as nacionalidades começavam a se formar e individualizar, Dante se tornava um intelectualista porque puramente transcendental; permanecia medieval por inventar um mundo de alegorias e símbolos (WELLEK, 1967, p. 104).

Depois de Dante, veio o declínio do mundo medieval, com a fragmentação do ser humano, a decadência da alta imaginação e o definhamento da grande substância ética anterior. Mas surgira na imaginação um tempo novo, expressão da revolta, da libertação das algemas medievais: uma nova humanidade e uma nova arte, mais humana. Essa era gestada pela pena de Francesco Petrarca. De Sanctis considerava Petrarca um artista (em contraposição ao poeta Dante), um intelectual que perdera a totalidade do homem superior medieval, perdera seu conteúdo moral e ético, para abraçar o culto da forma pela forma (idem, ibidem, p. 105): “Aquilo que em Dante é sentimento, em Petrarca se torna plástico” (DE SANCTIS, 1974, p. 297).

Onde Dante procurara o grande e grandioso, Petrarca procurava o belo e o gracioso, já anunciava o homem intelectual moderno, livre em relação ao medievalismo, mas sem ainda encontrar uma nova moral e uma nova ética (DE SANCTIS, 1974, p. 301):

Petrarca é semelhante a um apaixonado, que depois de algum tempo se recolhe placidamente para visitar a tumba da amada e se deleita em adornar esta tumba com flores, enquanto a imaginação embeleza as aparências mortas. É esta moderação interna das paixões que lhe

⁴ Em uma carta do cárcere de 5 de setembro de 1932 à cunhada Tania, Gramsci expressou uma opinião semelhante sobre a *Storia* de De Sanctis: “é realmente uma história da civilização italiana (...), possui um valor em si, não pode servir como um manual” (LC, p. 611).

fornece a habilidade para permanecer quase sempre em estado de pura contemplação, em ato mais de espectador, que de autor, ainda que um espectador apaixonado (idem, ibidem, p. 298).

A forma, para Petrarca, não era um artifício técnico, era o próprio fantasma tal *como* se apresentava ao seu espírito, a busca de harmonia perfeita entre palavra, frase, verso, mudança de períodos e os movimentos interiores, a qualidade do gênio, da disposição da alma neste ou naquele momento (DE SANCTIS, 1974, p. 298). Sua poesia, porém, carecia de um mundo intencional renovado, de uma visão de mundo comprometida, capaz de superar a crise e decadência do mundo medieval.

Para a concepção dessa chave metodológica, a reflexão crítica sobre o Renascimento foi um ponto crucial na formulação desanctiana, como momento em que a liberdade estética se afirmava, sem se converter em liberdade concreta: era um momento de afirmação da autonomia do homem e da ciência, sem que essa autonomia existisse ainda. Nesse sentido, o Renascimento fora, ao mesmo tempo, um período de esplendor intelectual e artístico e de decadência moral, religiosa e civil. Momento com o qual a Reforma protestante contrastaria posteriormente: esta, ainda que significasse um “regresso cultural” em sentido artístico, do ponto de vista moral e civil significava um progresso na medida em que sustentava a liberdade da consciência e impulsionava o desenvolvimento dos Estados nacionais (BARBUTO, 2000, p. 45). De Sanctis falou de um Renascimento do século XV que era, na verdade, um momento de decadência e não de glórias:

A Itália, naquele tempo, saía do mais alto grau de potência, de riqueza e de glória; nas artes, nas letras e nas ciências alcançara um sentido que poucas e privilegiadas nações conseguiriam, e do qual estavam muito distantes as outras nações, que ela chamava, com soberba romana, “os bárbaros”. Entretanto, ao primeiro grito destes bárbaros, a Itália imediatamente declinou, ruiu (DE SANCTIS, 1974, p. 207).

O Renascimento fora um momento em que a vida intelectual buscava recuperar seus fundamentos na vida dos antigos, na *polis* grega e na antiga República romana (DE SANCTIS, 1961, p. 1047). Mas o sentimento nacional faltava aos intelectuais italianos, por que estes “eram movidos por um sentimento mais alto, se sentiam cosmopolitas e foram benfeitores da humanidade, ao mesmo tempo em que viviam, entre si, o holocausto” (DE SANCTIS, 1974, p. 208). Era o intelecto de Petrarca que “via melhor, por que seu coração se sentia pior, faltavam os sentimentos, as paixões, as ilusões” (DE SANCTIS, 1961, p. 1053).

Esse sentimento de separação dos intelectuais italianos com relação à vida nacional da península foi responsável pela contraposição entre o mundo “artístico/científico” e o mundo “histórico/político” e, conseqüentemente, pelo processo no qual a poesia passou a perder seu alcance e vitalidade, já que era uma forma artística intermediária, fluida entre universo artístico e científico e o mundo dos sentimentos e da utopia. A *Storia* de De Sanctis se propunha uma história das modificações da relação dessa cisão entre forma-conteúdo, literatura e política, arte e crítica, e seu caráter aberto se manifestava na expectativa de uma reconciliação original entre os dois termos na Itália que se unificava no século XIX.

Essa reconciliação se prefigurara em Nicolau Maquiavel (1469-1527). Através do secretário florentino, De Sanctis buscava o ponto alto da formulação sobre o conflito entre literatura e crítica em sua *Storia*. Contra a função cosmopolita dos intelectuais italianos, Maquiavel havia pesquisado as bases do período que precedeu o Império Romano, a cosmópolis imperial e criticado o que

analisava como emergência de novas forças anti-itálicas, cosmopolitas, na história italiana, representadas por Catilina e Julio César (Q.17, §33, p. 1936.).

Na Itália do século XIX De Sanctis observava que *Il Principe*, livro mais conhecido do secretário florentino, traduzido em muitas línguas e base de julgamento de sua vida e de sua obra, fora também avaliado, ao longo da história, não por sua consistência lógica e científica, mas através de um valor moral ainda influenciado pela visão de mundo clerical. Essa “valorização” moral fizera com que “maquiavelismo” passasse a ser identificado amplamente como doutrina da tirania, da justificação pura e simples dos meios pelos fins.⁵

Ao escrever sobre Maquiavel, De Sanctis pretendeu construir uma imagem alternativa e integral deste bem como encontrar os fundamentos de sua grandeza (DE SANCTIS, 1973, p. 515). Tratava-se de uma operação complexa, possível apenas devido à ampliação que o crítico irpino fazia do conceito de fato literário. O sentido dessa operação era claramente histórico-político. A reconstrução de uma tradição literária nacional era para o autor da *Storia della Letteratura Italiana* um momento crucial da construção da própria nação. Daí a importância assumida nessa obra por Maquiavel. A reconstrução do lugar do secretário florentino na cultura nacional da península foi levada a cabo a partir da comparação com outro florentino, o diplomata Francesco Guicciardini (1483-1540).

Na época do renascimento, Florença era ainda o coração da Itália e havia ali a ideia de república, como efeito da cultura clássica que, fortificada pelo amor tradicional de viver livre e pela memória gloriosa do passado, resistia.⁶ É possível dizer que Florença foi o “mais importante laboratório do espírito italiano e até do moderno espírito europeu em geral” (BURCKHARDT, 2009, p. 110). Em suas *Histórias Florentinas*, afirmou o historiador Jacob Burckhardt (1818-1897), Maquiavel

⁵ Notável, por exemplo, é a aparição de Maquiavel no teatro elizabetano de Christopher Marlowe (1564-1593) e William Shakespeare (1564-1616). Marlowe introduz um demoníaco Maquiavel no prólogo de *The Jew of Malta*:

“To some perhaps my name is odious,
But such as love me guard me from their tongues
And let them know that I am Machiavel,
And weigh not men, and therefore not men's words.
Admired I am of those that hate me most.
Though some speak openly against my books,
Yet they will read me, and thereby attain
To Peter's chair : and when they cast me off.
Are poisoned by my climbing followers.
I count religion but a childish toy.
And hold there is no sin but ignorance.
Birds of the air will tell of murders past
I am ashamed to hear such fooleries.” (MARLOWE, 2003, p. 248).

Shakespeare, por sua vez, apresenta Maquiavel em sua peça Henrique VI:

“And like a Sinon, take another Troy.
I can add colors to the chameleon,
Change shapes with Proteus for advantages,
And set the murderous Machevil to school.
Can I do this, and cannot get a crown?
Tut, were it farther off, I'll pluck it down.” (SHAKESPEARE, 2007, 1269)

⁶ Vale a pena recordar o esclarecimento de Felix Gilbert sobre a república Florentina: “O termo ‘república’ ou ‘regime republicano’ referido a Florença indica o sistema político existente nessa cidade entre 1494 e 1512; o termo ‘nova república’ refere-se ao governo florentino entre 1527 e 1530. Formalmente Florença foi uma república também sob os Medici, entre 1434 e 1494 e entre 1512 e 1527; mas os florentinos faziam uma clara distinção entre o sistema de governo dos Médici e os ‘governos livres’ de 1494-1512 e de 1527-1530” (GILBERT, 1970, p. 11).

concebeu sua cidade natal como um ser absolutamente vivo, e o processo de desenvolvimento desta como original (Idem, p. 105).⁷

Também foi original o pensamento político florentino. Francesco De Sanctis recordou que, se Guicciardini observara de forma mais precisa e com exato sentimento as condições italianas no período do renascimento, era por que, ao contrário de Maquiavel, sua consciência estava vazia e petrificada (DE SANCTIS, 1973, p. 514). O diplomata florentino enfatizava a separação entre filosofia e práxis e afirmava que “conhecer não é colocar em ato”. Assim, embora Guicciardini fosse um amante da liberdade bem ordenada, da laicização da política, da independência e da unidade italiana, esse amor era platônico. Esse programa era simplesmente abstrato; não impregnava sentimentos vivos e forças operantes; era apenas formado por idéias e opiniões.

O homem sábio definido e defendido por Guicciardini não era, desse modo, um homem de ação. O discernimento não estava voltado a instruir uma prática; ele tornava o sábio consciente dos perigos enfrentados, superior aos seus compatriotas que nada viam ou que viam o que não existia e cheio de desprezo pelos homens vulgares que não tinham um olhar treinado e uma mente perspicaz como a dele. Mas toda essa inteligência só lhe permitia ser irônico. Nada mais.

O pensamento de Maquiavel, por sua vez, assumia toda sua força quando se transformava em um programa para a ação política. Nele era clara a idéia de que a Itália não poderia manter sua independência se não fosse unida inteiramente, ou em grande parte, sob um príncipe (Idem, p. 512). Em seu tempo de *Risorgimento*,⁸ havia a arte, mas faltava a ciência, e por isso despontava em Maquiavel atividade crítica.

A consciência de Maquiavel não era vazia, existia ali a liberdade e independência da nação italiana. Seu gênio prático e superior não lhe permitia ilusões e dava os limites do possível. Quando, portanto, viu perdida a liberdade italiana pelas invasões estrangeiras, pensou na independência e procurou nos Medici o instrumento da salvação (Idem, p. 514). A política encontrava nesse momento trágico seu vir a ser no programa que Maquiavel desenhou no último capítulo de *Il príncipe*: “Exortatio ad capessendam Italiam in libertatemque a barbaris vindicandam”.

A erudição de Maquiavel se assentava na “participação no mundo”, em uma “filosofia do homem” que ultrapassava a filosofia da natureza, base do sistema feudal, e preparava o tempo de Galileu (DE SANCTIS, 1973, p. 518). Isso por que a negação do medievo era nesse caso, ao mesmo tempo, uma afirmação séria e eloqüente de outro mundo que surgira na consciência⁹. Ela apontava o limite da filosofia e arte como imaginação para afirmar a necessidade do julgamento das coisas como são, em sua realidade efetiva. A vida aqui não era pensada como um jogo, como contemplação, destacou De Sanctis, mas como vida terrena, e nesse ponto a negação do medievo era também a negação do *Risorgimento* por Maquiavel (Idem, p. 519). O “dever ser” para o qual tendia o conteúdo do medievo e a forma do *Risorgimento* deveriam dar lugar ao “ser”, de maneira que o mundo da imaginação, como religião e como arte, fosse subordinado ao mundo real, revelado pela experiência e a observação.

Para De Sanctis, o tempo de Maquiavel se caracterizava por uma renovação na vida intelectual que o secretário florentino compreendeu e desenvolveu na conjugação de fé e existência humana. Retirada toda causa sobrenatural e providencial, Maquiavel colocava sob a base de seu mundo uma

⁷ Para Burckhardt, Florença foi “o berço das doutrinas políticas e teorias, dos experimentos e saltos adiante; tornou-se ainda, juntamente com Veneza, o berço da estatística e, solitária, precedendo todos os demais Estados do mundo, o berço da escrita da história, em seu sentido moderno” (BURCKHARDT, 2009, p. 98).

⁸ Trata-se, aqui, do renascimento italiano. Cf. nota 1.

⁹ “Né credino che sia vero che gli uomini facilmente ritornino al modo del vivere vecchio e consueto, perché questo si verifica quando il vivere vecchio piacesse più del nuovo; ma quando e' piace meno, non vi si torna se non forzato; e tanto vi si vive quanto dura quella forza.” (MACHIAVELLI, 1971, p. 26.)

fé que deveria enraizar-se no homem como fator da história. Com isso, fixava o campo no qual se iniciaria a ciência moderna, fundava o *Cogito*, ou o homem emancipado que, como o Estado, proclamava sua autonomia e independência (Idem, p. 526).

Essa renovação era também de método. Maquiavel não reconhecia verdades, princípios e autoridades *a priori*, como critério do verdadeiro. A verdade aqui era a coisa efetiva, e por isso o modo de investigá-la era a experiência acompanhada da observação. Ao mecanismo vazio fundado sobre a combinação abstrata do intelecto encarnado na pretensa existência do “universal”, Maquiavel contrapunha a concatenação de fatos, das causas e dos efeitos. Dessa forma, fundava o fato não apenas como acidente, mas como originário da razão humana, como fato intelectual e argumento (Idem, p. 526-527).

Tratava-se de um vir a ser concreto, enraizado profundamente na realidade de sua época. Eram as condições desse presente o que impunha limites ao programa maquiaveliano. Mas esses limites não impediam Maquiavel de sonhar. Sem fazer concessões às utopias correntes, o secretário florentino procurou na história italiana e em seu presente as condições de realização da unidade e independência nacional.

A influência de Maquiavel em sua época não foi párea ao seu mérito, enfatizou De Sanctis. Era tido mais como homem *di penna* que homem de Estado e de ação. No entanto, Maquiavel “tomava parte”, participava da vida e, reduzido à solidão, se afastava da sociedade e passara a interrogá-la (Idem, p. 515). A função de “educador” assumida por Maquiavel – já que “se não se podia operar era preciso ensinar”¹⁰ – fundava uma relação de tipo nacional e popular do secretário florentino para com a realidade italiana (Idem, p. 537). Por isso, apesar de pouco influente em sua época, teve enorme expressão na posteridade, e sua fama agitou ódios e amores. Seu nome, afirmou De Sanctis, era uma bandeira ao redor da qual novas gerações lutaram em movimento contraditório, ora avançando, ora retrocedendo, em defesa da unidade nacional italiana (Idem, p. 514).

O modelo italiano da época de Maquiavel era o mundo grego e romano, sendo a Europa “bárbara” vista com olhos renascentistas¹¹. O escândalo foi grande quando as invasões estrangeiras se deram, e a ironia maior na crença dos italianos em poder expulsar os invasores com sua superioridade cultural. Maquiavel assistiu ao espetáculo no qual os estrangeiros conviviam com o riso dos literatos, artistas e latinistas das elegantes cortes italianas e via com ironia a nação ser submetida e estudada por seus algozes, como também a Grécia havia sido pelos romanos (Idem, p. 515). Mas contrariamente aos seus contemporâneos, Maquiavel identificava a doença onde se via saúde e prosperidade, e aquilo que no século XIX De Sanctis identificou por decadência dos intelectuais e dirigentes públicos, o secretário florentino chamava por *corruttela*¹² no clero e nas cortes (Idem, p. 516).

¹⁰ A contragosto Maquiavel poderia ser considerado mais próximo de Aristóteles e Platão, que de Sólon e Licurgo: “è stata stimata tanto questa gloria dagli uomini che non hanno mai atteso ad altro che a gloria, che non avendo possuto fare una repubblica in atto, l’hanno fatta in iscritto; come Aristotile, Platone e molti altri: e’ quali hanno voluto mostrare al mondo, che se, come Solone e Licurgo, non hanno potuto fondare un vivere civile, non è mancato dalla ignoranza loro, ma dalla impotenza di metterlo in atto.” (MACHIARELLI, 1971, p. 30-31.)

¹¹ Burckhardt recordou que os florentinos, tomando como exemplo a Antiguidade clássica, tomaram emprestado também os nomes dos partidos, como *ottimati*, *aristocrazia*, etc. Teria sido a penas a partir de então que o mundo passou a se habituar com essas expressões, dando a elas sentido convencional, europeu (BURCKHARDT, 2009, p. 108).

¹² “Io voglio tornare a quello che voi dicesti prima: he lo avolo mio e quegli vostri arebbero fatto più saviamente a somigliare gli antichi nelle cose aspre che nelle delicate; e voglio scusare la parte mia, perché l'altra lascerò scusare a voi. Io non credo ch'egli fusse, ne' tempi suoi, uomo che tanto detestasse il vivere molle quanto egli, e che tanto fusse amatore di quella asprezza di vita che voi lodate; nondimeno e' conosceva non potere nella persona sua, né in quella de' suoi figliuoli, usarla essendo nato in tanta corruttela di secolo, dove uno che si volesse partire dal comune uso, sarebbe infame e vilipeso da ciascheduno.” (MACHIARELLI, A arte da guerra, 1971, p. 304.)

A forma mais comum de corrupção no *Risorgimento* de Maquiavel era a licenciosidade dos costumes e da linguagem, especialmente no clero, cujo principal centro era a corte romana, e que penetrava em todas as classes. Era tentador desejar uma reforma dos costumes através da restauração da consciência medieval, mas Maquiavel julgava a *corruttela* de um ponto de vista mais alto, e via a morte do sistema feudal na consciência da época, embora o feudalismo estivesse ainda vivo nas formas e instituições (Idem, p. 516). O sistema feudal repousava sobre a base da negação da vida terrena (sombra e aparência) e afirmação de que a vida não é o que é, mas o que deveria ser. Essa afirmação é invertida no pensamento maquiaveliano. A vida só poderia ser aquilo que era permitido pelo que ela era.

Oposto ao realismo maquiaveliano, o idealismo cristão alimentou no século XV a corrupção e indiferença. Tratava-se afinal, nas palavras do historiador Jacob Burckhardt, da época em que os filhos dos papas estavam fundando principados para si (BURCKHARDT, 2009, p. 51). Maquiavel era ciente dessa realidade e, por isso mesmo, profundamente crítico ao papado que identificava com a corrupção e a mesquinha que impedia a unidade e independência da Itália. É por isso que não apenas sentia impossível restaurar o medievo, como julgava indesejável essa restauração.

Para De Sanctis, morria a escolástica e nascia a ciência pela pena de Maquiavel. O fundamento científico desse novo mundo era a coisa efetiva, como posta pela experiência e pela observação. Esse foi, para De Sanctis, o verdadeiro “maquiavelismo”: um programa do mundo moderno, desenvolvido, corrigido, ampliado e mais ou menos realizado, e as nações que se aproximassem dele seriam grandes nações. Para o crítico irpino esse era, ao mesmo tempo, um programa de inclinação antipapal, antiimperial, antifeudal, civil, moderno e democrático (DE SANCTIS, 1973, p. 551).

No medievo não existia o conceito de pátria, apenas o de fidelidade e de subordinação. Os homens nasciam todos súditos do papa e do imperador, os representantes de Deus, um como o espírito e o outro como corpo da sociedade. O que De Sanctis sublinhou foi que, se existiam ainda o papa e o imperador, a opinião sobre a qual se fundava o seu poder não existia mais nas classes cultas da Itália. Democrático, portanto, Maquiavel combatia o conceito de um governo estreito e tratava asperamente as reminiscências feudais (os *gentiluomini*, por exemplo).

A pátria passava a ser fundamento da vida¹³. A pátria de Maquiavel era em primeiro momento a comuna livre por sua virtude, mas o secretário florentino não podia deixar de perceber o fenômeno histórico de formação dos grandes Estado europeus, e o conseqüente desaparecimento da própria comuna com todas as outras instituições feudais. Dessa forma propunha, ampliando o conceito de pátria, a constituição de um grande Estado italiano que pudesse defender a nação das invasões estrangeiras (Idem, p. 520).

Para Maquiavel, o indivíduo se encontrava absorvido no ser coletivo que era a pátria e a garantia da liberdade era a garantia de que a pátria não seria absorvida pela vontade de um ou de poucos, situação na qual nasceria a servidão. No início do século XV a ideia de liberdade pressupunha a participação mais ou menos ampla dos cidadãos na coisa pública. É dessa liberdade que Maquiavel fala em seu discurso sobre a reforma do estado de Florença¹⁴. Antes do liberalismo a ideia de liberdade não se encontrava centrada nos direitos do homem, o qual ainda não era um ser autônomo, mas um instrumento da pátria, do Estado em sentido genérico, sob o qual se compreendia toda

¹³ “Io credo che il maggiore onore che possono avere gli uomini sia quello che volontariamente è loro dato dalla loro patria, credo che il maggiore bene che si faccia, e il più grato a Dio, sia quello che si fa alla sua patria.” (MACHIAVELLI, 1971, p. 30.)

¹⁴ “Era ancora in quello stato un disordine non di poca importanza; qual era che gli uomini privati si trovavano nei consigli delle cose pubbliche” (MACHIAVELLI, 1971, p. 24.) “La cagione perché tutti questi governi sono stati defettivi è che le riforme di queglii sono state fatte non a soddisfazione del bene comune, ma a corroborazione e securtà della parte” (MACHIAVELLI, 1971, p. 25.)

forma de regime, até mesmo o despótico (Idem, p. 521. Cf. tb. SKINNER, 1999).¹⁵ A república era compreendida como lugar no qual todos obedeciam e todos comandavam. O principado, por sua vez, era o regime no qual um comandava e todos obedeciam. De toda forma, a consciência nacional ocupava papel central como força moral e disciplinar, e suplantava o dinheiro, a fortaleza e o número de soldados como núcleo estratégico de guerra (Idem, p. 536)

As ideias de república e principado foram enunciadas por Maquiavel não como as encontrou e analisou, mas como desenvolvidas por uma longa tradição e fortificadas pela cultura clássica, e está ali o espírito da antiga Roma, com suas imagens de glória e liberdade que ainda se impunham (Idem, p. 521). A pátria aqui absorvia também a religião, ressaltou De Sanctis, mas o que Maquiavel queria era uma religião de Estado que fosse, nas mãos do príncipe, um meio de governar. Para quem, como De Sanctis, via Maquiavel “de longe”, era possível identificar ali uma doutrina do Estado laico, que se emancipava da teocracia e torna-se expansivo. Em Maquiavel seria impossível encontrar qualquer vestígio do direito divino, sendo que o fundamento da república era o consenso de todos, e o fundamento do principado a força, ou seja, a conquista legítima e assegurada pelo bom governo (Idem, p. 522).

Para De Sanctis, Maquiavel era já, sob vestes romanas, o burguês moderno, e encarnava o espírito irônico do *Risorgimento* nos séculos XV e XVI, com aspectos muito precisos dos tempos modernos. Entre o Império e a cidade ou feudo, as duas unidades políticas do sistema feudal, surgia um novo ente, a Nação. A interpretação desanctisiana de Maquiavel revelou, neste ponto, sua forte conotação política. O secretário florentino era posto nessa interpretação na condição de um precursor da unidade e da moderna nação italiana. Entre repúblicas e principados despontava uma espécie de governo médio e misto, que reunia as vantagens dos dois regimes para assegurar ao mesmo tempo a liberdade e a estabilidade. Esse governo, pressentimento das modernas ordens constitucionais, era um novo mundo político que surgia (Idem, p. 525).

Estando a Itália em situação de profunda corrupção, Maquiavel evocou a figura de um redentor, um príncipe que, persuadido a organizar um Estado, governaria sozinho com fins de todos. Se em situações de grandes perigos os romanos nomeavam um ditador, no extremo da corrupção Maquiavel não via alternativa que não a ditadura. Esse príncipe deveria ser profundamente diferente da figura de Cesar, já que não desgastaria o poder da cidade, mas reordenaria a mesma como nação autônoma (Idem, p. 538).

Maquiavel criticava a idéia de que por fraude ou por força a liberdade seria inevitavelmente tolhida ao povo. A responsabilidade estava no conteúdo e não nos meios. Quanto aos meios, a responsabilidade era não saber ou não querer, ignorar ou fraquejar. Era possível amar o terrível, mas era preciso odiar o mal causado pelo libidinoso, pelo apaixonado, pelo fanatismo sem conteúdo (Idem, p. 533-534). O realismo maquiaveliano reconhecia a desproporção entre conteúdo e meios, de onde nasciam as oscilações e desordens históricas. Por isso, a ciência política, ou a arte de conduzir e governar os homens deveria ter por base a precisão do conteúdo e a virtude dos meios. Era nessa consonância que poderia ser encontrada a energia intelectual que faria grandes os homens e as nações (Idem, p. 532).

De Sanctis sublinhou que o mundo para Maquiavel era regulado pelo espírito humano, que procedia segundo suas leis orgânicas e por isso fatais. O fato histórico aqui não era definido pela providência divina ou a fortuna, mas o resultado das forças colocadas em movimento pelas opiniões, paixões e interesses dos homens (Idem, p. 523). Por isso mesmo, a história não seria a sucessão de fatos fortuitos ou providenciais, mas a concatenação necessária de causas e efeitos. A política – a arte de

¹⁵ No *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, Maquiavel afirma: “Oltre a di questo, quella comune utilità che del vivere libero si trae, non è da alcuno, mentre che ella si possiede conosciuta: la quale è di potere godere liberamente le cose sue senza alcuno sospetto, non dubitare dell'onore delle donne, di quel de' figliuoli, non temere di sé; perché nessuno confesserà mai avere obbligo con uno che non l'offenda.” (MACHIAVELLI, 1981, p. 100).

governar – teria como campo não um mundo ético determinado por leis ideais da moral, mas o mundo real em determinado espaço e tempo. Governar, para o Maquiavel desanctiano, seria compreender e regular as forças que movem o mundo, e o homem de Estado aquele que soubesse calcular e manobrar essas forças para direcioná-las ao seu fim.

Nesse sentido, o campo de reflexão de Maquiavel era a política e a história, mas esses conceitos não eram novos. Para De Sanctis, a elaboração de Maquiavel foi consequência natural de um grande desenvolvimento, em forma realista clássica, que tinha como fundo a emancipação do homem feudal, bem como autonomização de si próprio (Idem, p. 524). Para De Sanctis, o *Risorgimento* do tempo de Maquiavel foi o último raio de uma vida gloriosa que refletia a si mesma na arte, produzia uma forma límpida e bela, marcada de tristeza e ironia, mas vazia de conteúdo (ver DE SANCTIS, 1961).

A nova ciência do governo

A ciência moderna, inaugurada por Maquiavel passou mais tarde a operar como religião; tornou-se “apostolato” e se propagou no povo encontrando seu centro de expansão no espírito francês das Luzes no século XVIII, provocando um movimento “memorável” cujas oscilações se estenderam aos séculos seguintes. Foi o nascimento de uma nova sociedade, a formação de uma nova vida na qual a ciência estabeleceu suas leis, recrutou seus apóstolos, legisladores e mártires.

No pensador irpino encontramos a ideia de que se no medievo a ciência procurava a fé, como sua base e força, essa relação foi invertida no mundo contemporâneo, no qual a ciência fornece a legitimidade. A fé passou a perseguir o intelecto. De Sanctis colocou, então, a seguinte questão: a ciência é dessa vida, toda a vida? E respondeu: não, a ciência é resultado da vida, não o princípio da vida. Como tal, a ciência apareceu justamente quando as forças produtivas que fizeram grande um povo estavam estanques e, além delas, a “nobre coroa da história, que estimulou e iniciou uma nova história”. Dessa maneira, a vida aqui adquire valor de tradição, que só foi possível conhecer quando o sistema feudal entrou em crise.

Em De Sanctis, o tempo de Maquiavel inaugurou o intelecto “maduro” que adquiria consciência de sua autonomia, e se distinguia de todos os elementos de sentimento e imaginação, em meio aos quais havia crescido crente e ignorante de si mesmo. O *Risorgimento* italiano abriu o caminho para afirmação de uma natureza já maldita e profana, que se afirmava em meio à sociedade do sobrenatural e do privilégio e que proclamaria séculos mais tarde os direitos do homem. Era o indivíduo que contrapunha de forma complexa sua autonomia aos absorventes organismos do “ser” coletivo para se proclamar fim e não meio. Os limites do sistema feudal acabavam por suprimir a liberdade, e a ciência era a liberdade que reagia contra esses limites, o tempo, a pátria. Para De Sanctis, existia uma “filosofia da história e do direito dos povos” em Maquiavel como base científica e ponto de partida (DE SANCTIS, 1973, p. 523-524).

Para cumprir a tentativa de reintegrar Maquiavel à cultura italiana do século XIX, De Sanctis precisou responder antes por que a ciência tal como pressentida pelo florentino, como arte de governar, pôde tão pouco na Itália até então. O crítico afirmou que na Itália todos os limites do medievo que permitiram desenvolver tanta potência de uma nova sociedade eram débeis, mas sobreviventes, que as instituições se mantiveram, embora vazias, como formas nas quais a alta ironia de intelecto depositou conteúdo. E na mesma medida em que os conceitos eram violentos e radicais, hipócrita era a linguagem e as obras servis. A ciência seria capaz de assumir um novo conteúdo quando encontrasse matéria que o recebesse, senão seria apenas um sol que irradiaria no vazio, sem conseguir formar em torno a si um sistema, cuja irradiação seguiria cada vez mais longe

no céu, procurando matéria mais jovem e fecunda. No entanto, para De Sanctis, se a ciência não pôde oferecer vida à nação Italiana, não se cansaria de “procurá-la”.

Na vida anglo-alemã, afirmou De Sanctis, a ciência obteve um papel modesto, auxiliar, por que nela encontrou organismos formidáveis, plenos de prestígio, de força e fé, e não se posicionou como inimiga destes, mas os penetrou em um movimento lento, mas contínuo. Com pouca resistência, já que os organismos vivos, no processo de seu desenvolvimento, não suspeitaram da ciência, antes a fizeram instrumento para alargar-se e consolidar-se. A ciência foi aqui, objeto de reforma profunda, ajudando a caçar as partes mortas, renovando a matéria onde organismos velhos e áridos estavam fechados em si e temiam a ciência, odiavam o ar e as Luzes. Aqui, enfatizou o crítico, a ciência operava não fora do limite e contra o limite, mas por dentro do mesmo, e iluminava do alto a vida sem forçá-la, contente em sua modéstia. Assim é que foi possível a longa vida da Igreja, da Comuna, da classe, da família, do Estado e da lei, limites respeitadores cuja voz se fez potente no coração dos homens, estimulou e desenvolveu as forças produtivas.

Interessante é a reflexão que De Sanctis promove em relação ao fracasso da ciência na França, mas por razões opostas às da Itália. Na península, uma vida plena e agitada completava então seu ciclo, refletindo-se na arte e ciências, sendo que o “limite” se mantinha com algum prestígio. A monarquia era instrumento de conquista, unificação e glória; abundavam os ilustres *casati*, que representavam a glória nacional. Na França, ao contrário, a ciência se transformara em revolução em 1789, por que estava a serviço de uma nova classe, que ansiava por sua posição na vida. E a revolução foi rápida, violenta, dramática, absoluta como a ciência e abstrata como a humanidade em suas convulsões. Procurando a liberdade não no limite, mas contra o limite, os franceses teriam rompido este e perdido aquilo que desejavam. De Sanctis sustenta aqui uma crítica ao jacobinismo, que parece possuir ressonância a crítica que faz aos “exageros” de Maquiavel.¹⁶

Ao operar fora de qualquer tradição e condição histórica, a sociedade francesa teria mantido em suspenso o trabalho intelectual: foram provados todos os mecanismos, todas as experiências, os fatos foram constrangidos a caminhar com a mesma velocidade das idéias. A história saiu de sua via natural, coisa que ainda não encontrou seu fechamento, deixando diante de si intelectos dúbios, sentimentos vacilantes, características móveis – *um espírito irrequieto, aventureiro, que muito se agitou e pouco concluiu*, sem firmeza nos fins e sem seriedade nos meios. De qualquer forma, aqui a ciência não operou como ciência, mas como vida e encerrada sob condições em que deve exaltar as paixões, os direitos, as características, o bem e o mal (DE SANCTIS, 1961, p. 1087).

Pessimismo e otimismo em Antonio Gramsci

No primeiro parágrafo do Caderno 23 do Cárcere – sobre crítica literária, cuja versão final foi escrita em 1934 – Antonio Gramsci anunciou, inspirado por Giovanni Gentile, a necessidade de “retornar” a Francesco De Sanctis. Esse retorno era inspirado pelo esforço de unificação da “classe culta” levado a cabo pelo crítico irpino na segunda metade do século XIX na Itália, com a “exigência de uma nova atitude [pelos intelectuais] em face das classes populares, um novo conceito do que seria “nacional”, (...) mais amplo, menos exclusivista, menos “policial” (Q.23, §1, p. 2185).

¹⁶ Aspecto criticável em Maquiavel para De Sanctis: é o seu jacobinismo: “O que morre com Maquiavel é seu exagero”, ou ainda, “os meios mudam, os fins são eternos” (ver DE SANCTIS, 1973). De maneira semelhante, Burckhard afirmou em seu livro sobre o Renascimento na Itália que “a imaginação e a pressão dos tempos seduzem Maquiavel (...) a fazer uma louvação incondicional do povo, que saberia escolher melhor do que qualquer príncipe” (BURCKHARDT, 2009, p.109-110).

Gramsci conhecia e valorizava positivamente a opinião de De Sanctis a respeito de Maquiavel percebendo nele um modelo de homem político realista radical-revolucionário. A oportunidade para o marxista sardo desenvolver essa percepção foi dada pela leitura de um artigo do socialista Paolo Treves, no qual este último manifestava sua preferência pelo realismo passivo de Francesco Guicciardini, ao invés do realismo ativo de Maquiavel.¹⁷

Guicciardini seria para Gramsci um “diplomata” e mesmo um “cientista da política”. Mas Maquiavel era de outro naipe; o secretário florentino era um político. O diplomata e o cientista da política poderiam ter como horizonte uma realidade já constituída. Mas um homem de partido, “um político em ato” teria como objetivo “criar novas relações de forças e por isso não pode deixar de ocupar-se do dever ser”. Era esse o objetivo de Maquiavel, produzir novas relações de força que superassem as antigas, criar um novo Estado. Era um objetivo perigoso, mas esse risco valia a pena correr.

Inspirado em Maquiavel e Marx, Gramsci identificou a íntima relação existente entre o ser e o dever ser da política: “O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move no turvo vazio de seus desejos e sonhos. Toma como base a *realidade efetiva*” (Q 13, § 16, p. 1578). O político em ato, tal como Maquiavel, deveria ser capaz de ler a realidade efetiva, a relação de forças existentes e em contínuo movimento. Mas ao contrário de Guicciardini que permanecia passivo e, por isso, mesmo, não se opunha à reprodução incessante do ser, o secretário florentino fazia sua aposta na transformação. Por essa razão, enquanto o realismo de Guicciardini era conservador, assim como o socialismo de Treves, o realismo de Maquiavel era, para Gramsci, popular, assim como o de Marx.

Para esse realismo popular a leitura da realidade efetiva tem por objetivo encontrar nesta as possibilidades de transformação realmente efetivas. Não se trata, pois, de conservar, estabilizar ou acomodar-se; trata-se de transformar o mundo. O realismo popular é, assim, capaz de revelar uma realidade que é igual a si própria, mas que contém, ao mesmo tempo, aquilo que lhe é diferente. É por essa razão que, segundo Gramsci:

Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e operantes, fundando-se sobre aquela determinada força que se considera progressiva, e potencializando-a para fazê-la triunfar é, sempre, mover-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para tal). O ‘dever ser’ é, portanto, concreto, é a única interpretação realista e historicista da realidade, é a única história em ato e filosofia em ato, a única política. (Q 13, §16, p. 1578.)

A máxima de Gramsci “pessimismo do intelecto, otimismo da vontade” refletia-se de modo diferente no espelho de Guicciardini e no de Maquiavel. Ambos os renascentistas partilhavam o pessimismo do intelecto, mas apenas o último propugnava o otimismo da vontade. Nisso Gramsci estava com o realismo popular do secretário florentino. Onde o marxista sardo se distanciava deste e também de Guicciardini era nas razões para o pessimismo. Para Gramsci o pessimismo do intelecto não deitava raízes em uma apreciação negativa da natureza humana. A revolução operada pelo marxismo sobre o pensamento de Maquiavel estava justamente na crítica da idéia de natureza humana e na ênfase no caráter histórico do homem e da distinção entre governantes e governados.

Essa crítica permitia desnaturalizar a política, identificando o conteúdo concreto da ciência política com uma ciência histórica. O realismo de Maquiavel e de Guicciardini estava assentado na constância natural do comportamento humano. Seus estudos históricos tinham por objetivo

¹⁷ Filho de Claudio Treves (1869-1933) dirigente histórico do socialismo italiano, Paolo Treves (1908-1958), estudou em Torino e Milano, laureando-se em direito e ciência política. Colaborou com Filippo Turati e assumiu posições de destaque no Partito Socialista Italiano. Foi preso várias vezes pelo regime de Mussolini e exilou-se em 1938, mantendo intensa atividade política no exterior até retornar à Itália. .

demonstrar essa constância. A recusa de uma natureza humana fixa permitia a Gramsci livrar-se de uma concepção naturalizada da história sem, com isso, abrir mão daquela importante sensibilidade histórica que havia marcado os pensadores renascentistas. Também para o sardo a experiência contemporânea e o estudo da história forneciam a chave para a inteligibilidade do presente.

O pessimismo gramsciano do intelecto era, assim, alimentado por seu realismo popular e radicalmente histórico. Ele implicava uma atitude cautelosa na análise das relações de forças econômicas, políticas e ideológicas, bem como na desconfiança de toda tentativa de subestimar o inimigo. Mas seu otimismo da vontade era a contrapartida. Este não se dobrava à força das coisas, agia sobre elas com vistas a transformá-las. Se nos lembrarmos que esse otimismo não foi abandonado sequer na prisão poderemos imaginar a força das idéias e do homem que pacientemente as produziu.

Referências bibliográficas

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DE SANCTIS, Francesco. *La democrazia ideale e reale*. Napoli: Alfredo Guida, 1998.

_____. *La letteratura italiana nel secolo XIX: scuola liberale – scuola democratica*. Roma: Vecchiarelli Editore (edizione anastatica dell'ed. A. Morano 1897).

_____. *Il secondo ottocento: lo stato unitario e l'età del positivismo*. MUSCETTA, Carlo (a cura di). Roma: Laterza, 1978.

_____. *Storia della letteratura italiana*. Torino: UTET, 1973.

_____. *Saggi*. Torino: UTET, 1974.

_____. *La scienza e la vita* In *Francesco De Sanctis: Opere*. Milano-Napoli: Riccardo Ricciardi Editore, 1961.

GILBERT, Felix. *Machiavelli e Guicciardini: pensiero politico e storiografia a Firenze nel Cinquecento*. Torino: Einaudi, 1970.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Turim: Einaudi, 1975 -2007, 4v

_____. *Lettere dal Carcere*. Torino: G. Einaudi, 1973.

GUGLIELMI, Guido. *Da De Sanctis a Gramsci: Il linguaggio della critica*. Bologna: Il Mulino, 1976.

KANOUSI, Dora. *Los Cuadernos filosoficos de Antonio Gramsci: de Bujarin a Maquiavelo*. Ciudad de Mexico: Plaza y Valdés, 2007.

MACHIAVELLI, Niccóló. *Tutte le opere*. Florença: Sansoni, 1971.

MARLOWE, Cristopher. *The complete plays*. Londres: Penguin, 2003.

MUSCETTA, Carlo. *Francesco De Sanctis: lo stato unitario e l'età del positivismo*. Roma-Bari: Laterza, 1978.

SAPEGNO, Natalino. Gramsci e i problemi della letteratura. In *Gramsci e la cultura contemporanea I*. Roma: Editori Riuniti, p.265-277, 1975.

_____. Manzoni tra De Sanctis e Gramsci. In *Società*, n. 1 (1952), p.7-19

_____. *Ritrato di Manzoni*. Roma-Bari: Laterza, 1992.

SHAKESPEARE, William. *Complete works*: edited by Jonathan Bate and Eric Ramussen. Londres: Macmillan, 2007.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Unesp, 1999.

VILLARI, Pasquale. *L'Italia e la civiltá*. Buenos Aires: Editorial Corinto, 1944.

WELLEK, René. *História da Crítica Moderna: 1750-1950*. São Paulo: Herder, EdUSP, 1967. Vol.4.

_____. Il realismo critico di De Sanctis. In CUOMO, G. (cura di) *De Sanctis e Il realismo*. Napoli: Giannini Editore, 1978.